



PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO

ANO LETIVO	SÉRIE	TURNO
2024	2º Ano 2º Semestre	Noturno

NOME DA DISCIPLINA

Direito Eleitoral (Google Sala de Aula: 2NOT 2S24 Direito Eleitoral)

CARGA HORÁRIA

SEMANAL: 2 Horas-aula

SEMESTRAL: 40 Horas-aula

DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS)

Prof. Pedro Marques Neto

EMENTA DA DISCIPLINA

Padrões de democracia. Princípios de Direito Eleitoral. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Competição Eleitoral. Direito ao voto. Direito de ser votado. Financiamento de Campanha Eleitoral. Liberdade de Expressão. Desinformação Eleitoral. Igualdade Política. Governança Eleitoral.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Objetivos Gerais:

O curso pretende introduzir os alunos e as alunas aos fundamentos jurídicos e políticos do Direito Eleitoral, campo jurídico que estrutura o autogoverno e a participação política. Os temas abordados incluirão os diferentes padrões de democracia e modelos de sistemas eleitorais; as formas e sentidos da representação política; a organização dos partidos políticos; o financiamento da política; o papel da Justiça Eleitoral; e a liberdade de expressão e desinformação no processo eleitoral. As aulas estimularão uma abordagem participativa, por meio da qual os alunos e as alunas serão encorajados a ler e discutir, sempre que possível, um caso judicial, notícia ou texto que trate do tema do respectivo encontro. Espera-se, ao final do curso, que os alunos e as alunas tenham desenvolvido a capacidade de refletir sobre as seguintes questões gerais: (i) como as regras eleitorais ajudam a constituir o autogoverno em nossa comunidade política; (ii) quais os diferentes interesses individuais e coletivos em conflito na elaboração e interpretação das regras eleitorais; e (iii) qual o papel do juiz eleitoral na resolução e administração desses conflitos?

Objetivos Específicos:

Para alcançar seus objetivos mais gerais, o curso pretende (i) familiarizar os alunos e alunas com as principais regras e decisões eleitorais atualmente vigentes no Brasil; (ii) desenvolver nos alunos a capacidade de ler, compreender e explicar as principais decisões judiciais, notícias ou textos doutrinários relacionados a conflitos eleitorais; e (iii) desenvolver nos alunos a capacidade de formular argumentos favoráveis ou contrários a determinados arranjos institucionais ou decisões judiciais envolvendo questão eleitoral.

SEQUÊNCIA 1º semestre	DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM (TEMAS DAS AULAS, ATIVIDADES, AVALIAÇÕES)	Nº AULAS	METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM
1 (09/08/2024)	Apresentação do curso	2	Aula expositiva e participativa, com discussão de leitura prévia a ser definida
2 (23/08/2024)	Eleições como Instrumento da Democracia	2	Idem
3 (30/08/2024)	Sistemas Eleitorais: majoritário, proporcional e misto	2	Idem
4 (06/09/2024)	Fontes e Princípios do Direito Eleitoral	2	Idem

5 (13/09/2024)	Direito de Votar (Capacidade Eleitoral Ativa)	2	Idem
6 (20/09/2024)	Direito de ser Votado (Capacidade Eleitoral Passiva)	2	Idem
7 (27/09/2024)	Partidos Políticos e Competição Eleitoral I	2	Idem
8 (04/10/2024)	Partidos Políticos e Competição Eleitoral II	2	Idem
9 (11/10/2024)	Dinheiro e Política: financiamento de campanha eleitoral	2	Idem
10 (18/10/2024)	Liberdade de Expressão e Política: propaganda eleitoral	2	Idem
11 (25/10/2024)	Liberdade de Expressão e Política: desinformação eleitoral	2	Idem
12 (01/11/2024)	Ilícitos Eleitorais e Responsabilidade Eleitoral	2	Idem
13 (08/11/2024)	Representação Política e Minorias	2	Idem
14 (22/11/2024)	2ª Prova Parcial	2	
15 (29/11/2024)	Reflexão: o papel do juiz na supervisão do processo eleitoral	2	Idem
16 (06/12/2024)	Encerramento do curso	2	
17 (13/12/2024)	Provas Finais (Exame)	2	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

(Quantidade de instrumentos, tipos de avaliação, critérios de correção e aprovação)

Quantidade de instrumentos, exceto avaliação intermediária interdisciplinar: avaliações

Avaliação Intermediária Interdisciplinar: Esta avaliação tem como objetivo avaliar o entendimento e a absorção dos conteúdos ministrados em cada disciplina da grade curricular. A prova será constituída de 10 questões para cada disciplina. Importante ressaltar que cada turma receberá uma prova exclusiva, cuidadosamente elaborada para refletir os conteúdos específicos ensinados. A avaliação intermediária interdisciplinar possui peso de 30% para a média semestral de cada disciplina. A realização desta avaliação ocorrerá em uma data única, já determinada pela Coordenação Pedagógica e previamente inserida no calendário acadêmico. A prova será aplicada durante o horário regular de aula, na sala designada para cada turma. No dia da avaliação, não haverá aulas regulares.

Tipos de avaliação: Avaliação Intermediária Interdisciplinar, representando 30% e representando 70%:

50%: prova de final de semestre, contendo questões objetivas ou discursivas, a critério do professor. 20%: participação nos debates em sala de aula (especialmente, realização da leitura prévia e contribuição ativa nos debates relacionados a ela)

Critérios de correção e aprovação:

A avaliação levará em consideração a capacidade de o aluno ou aluna demonstrar a sua compreensão do conteúdo trabalhado em aula, por meio da resolução de questões práticas de forma concisa, coesa e adequada. Quanto à participação em aula, ela levará em consideração a participação fundamentada dos alunos nos debates promovidos em sala (isto é, participação que demonstre a leitura do texto prévio indicado) e a capacidade de a participação do aluno dialogar com as contribuições dos demais colegas de sala. Os critérios para a aprovação do aluno ou da aluna levará em consideração os parâmetros e médias estabelecidos pela faculdade.

Orientações quanto à nota e arredondamento:

Não haverá arredondamento de nota superior a 0,5 ponto por critério de avaliação (prova objetiva e participação). O arredondamento levará em consideração as razões expostas pelo aluno em pedido de revisão, bem como sua participação nas aulas ao longo do semestre.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. José Jairo Gomes. Direito Eleitoral. Atlas: São Paulo, 2022.

2. Jairo Nicolau. Sistemas Eleitorais. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2012

3. Vitor Marchetti. Justiça e Competição Eleitoral. Editora UFABC: São Paulo, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Virgílio Afonso da Silva. Sistemas Eleitorais: tipologia, efeitos jurídico-políticos e aplicação ao caso brasileiro. Malheiros: São Paulo, 2009.

2. Bruno Carazza. Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro. Companhia das Letras: São Paulo, 2018.

3. Jairo Nicolau. Representantes de Quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara de Deputado. Zahar: Rio de Janeiro, 2017.

4. José Jairo Gomes. Recursos Eleitorais. Atlas: São Paulo, 2022.

5. Aline Osório. Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão. Fórum: Belo Horizonte, 2022.